

# TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA ECONOMIA CHINESA: IMPACTO SOBRE SUAS RELAÇÕES COMERCIAIS COM A AMÉRICA LATINA

Marta Bekerman<sup>1</sup>

Federico Dulcich<sup>2</sup>

Nicolas Moncaut<sup>3</sup>

A expansão das relações econômicas entre a China e os países de América Latina está se desenvolvendo em um marco de fortes transformações no cenário internacional, que alteram o esquema bipolar de comércio existente durante as décadas anteriores. A China tem se posicionado como o principal país manufatureiro e exportador do mundo, deslocando tradicionais centros de acumulação de capital e desenvolvimento tecnológico, como os Estados Unidos e a União Europeia (UE), no fornecimento de diversos bens de capital e insumos. Embora essa realidade possa oferecer oportunidades para os países da região no curto prazo, também apresenta desafios no longo prazo que, se não forem devidamente enfrentados, podem levar ao aumento de sua vulnerabilidade externa estrutural. Neste artigo, analisam-se os impactos que afetam de forma direta e indireta os países latino-americanos que mais comercializam com a China; particularmente, a Argentina e sua relação com o Brasil.

**Palavras-chave:** China; América Latina; Especialización comercial; primarización.

## RECENT CHANGES OF CHINESE ECONOMY: IMPACTS ON TRADE RELATIONS WITH LATIN AMERICA

The expansion of economic relations between China and Latin American countries may offer opportunities in the short term, as seen in exports of primary products and improved terms of trade. However, it also means challenges for the long term, that in case of not being properly confronted, can lead to worse structural external vulnerability. In this work we analyze those impacts that affect directly and indirectly the countries of the region that trade with China, and particularly the case of Argentina and its relationship with Brazil.

**Keywords:** Latin America; commercial specialization; primarization.

JEL: F14; O54; O53.

Rev. Tempo do Mundo, 5(1): 5-43 [2013]

---

1. Diretora do Centro de Estudos da Estrutura Econômica (Cenes) da Faculdade de Economia da Universidade de Buenos Aires. Pesquisadora principal do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET). *E-mail:* <marbekerman@gmail.com>.

2. Pesquisador do Cenes da Faculdade de Economia da Universidade de Buenos Aires. *E-mail:* <federicomd2001@yahoo.com.ar>.

3. Pesquisador bolsista do Cenes da Faculdade de Economia da Universidade de Buenos Aires. *E-mail:* <nmoncaut@gmail.com>.

## 1 INTRODUÇÃO

O modelo global de comércio bipolar existente durante a década de 1960, dominado por Estados Unidos e Europa, tem sido desafiado pela emergência recente de um conjunto de países asiáticos, particularmente a China. O desenvolvimento de tal país está se tornando um dos processos de transformação mais importantes do atual século. Sua crescente presença nos mercados mundiais tem gerado forte impacto, tanto nos países do norte como nos emergentes e na América Latina, em particular, intensificando relações econômicas tanto em nível de comércio como de investimento estrangeiro direto (IED).

Nesse contexto, observam-se, na América Latina, duas visões opostas sobre as potencialidades, as vantagens e as desvantagens de uma associação estratégica com a China. A primeira é uma visão puramente “otimista”, que entende a ascensão chinesa como uma oportunidade de consolidação de uma nova ordem internacional, menos centrada na dependência da hegemonia dos Estados Unidos, na qual países como Brasil e Argentina poderão se inserir com facilidade, dada sua condição de produtores de matérias-primas e, portanto, como mercado estratégico ante o crescente nível de consumo chinês e asiático.

Por sua vez, a visão “pessimista”, decorrente do risco de dependência (e possível involução) e caracterizado por uma especialização em bens primários, complementa-se com a crescente demanda da China, que levaria a uma situação similar à da década de 1930. Isto geraria uma possível desestruturação do sistema produtivo das economias da região, afetadas pela pressão competitiva das exportações chinesas.

Tais visões refletem os crescentes desafios para os países emergentes, resultantes da intensificação das relações comerciais com a China, após sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. Por um lado, o país apresenta-se como um mercado em rápido crescimento para as exportações de *commodities*, mas, por outro lado, configura-se como um exportador líder de manufaturas trabalho-intensivas, avançando para produtos de maior valor agregado, sem contar a existência de fortes assimetrias nas negociações comerciais, devido à diferente participação dos países latino-americanos no comércio com a China – que, em poucos anos, se tornou um mercado muito importante para a região.

Essa realidade cria tendências de primarização das economias latino-americanas, tornando necessário que se reflita sobre quais são as respostas mais adequadas para assegurar um modelo de desenvolvimento que garanta a inclusão social desses países.

Este artigo objetiva refletir sobre essa realidade, enfatizando impactos nas nas relações econômicas entre China e América Latina, assim como sobre as relações bilaterais entre Argentina e Brasil. Após analisar brevemente a importância

da China no cenário internacional (seção 2), serão examinados os efeitos de suas relações comerciais com a América Latina (seção 3) e com a Argentina, em particular (seção 4), seguidos de uma síntese final e das conclusões (seção 5).

## 2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ECONOMIA CHINESA

### 2.1 Mudanças recentes em sua estrutura econômica e em seu padrão de especialização

Nas últimas três décadas, a economia chinesa tem crescido a uma taxa média anual de 10%, com um aumento significativo do seu produto interno bruto (PIB) *per capita* – de US\$ 205,00 para US\$ 4.280,00 em 2010. Isto permitiu que 500 milhões de pessoas saíssem da pobreza, transformando a China no principal país manufatureiro e no maior exportador em nível mundial (Word Bank, 2012).

Esse processo foi enquadrado na transição do sistema econômico de planificação centralizada para um sistema de mercado, que se iniciou com as reformas de 1978. A partir de então, outorga-se maior autonomia às unidades produtivas em termos de implementação e desenvolvimento de técnicas de produção, decisões de investimento e apropriação privada do excedente (Chow, 2002). Esta transformação teria permitido alcançar maiores níveis de eficiência e crescimento da produtividade, ao gerar incentivos para a valorização em nível de unidade produtiva, assim como permitir o movimento de capital entre diferentes setores.

Com taxas elevadas de poupança-investimento e um excesso de oferta de bens, devido a uma poupança superior ao investimento e a um equilíbrio fiscal, a China passou a exportar 27% de seu produto (tabela 1), uma vez que quintuplicou o valor de suas exportações, até alcançar US\$ 1,4 bilhões. Neste processo, sua estrutura econômica manteve um forte componente industrial – de 46% do produto, elevado em comparação aos países desenvolvidos –, embora aumentasse a participação de serviços, à custa de uma redução no setor primário. Por último, é importante notar que nesse período permaneceram fortes fluxos positivos de investimento estrangeiro direto, pilar da industrialização chinesa nos centros urbanos do litoral, sendo que a entrada líquida de IED triplicou.

TABELA 1  
Evolução de distintas variáveis macroeconômicas – China (1998-2010)

Variável	Média 1998-2000	Média 2008-2010	Varição <sup>1</sup>
PIB <i>per capita</i> (US\$)	875	3.854	341
Poupança/PIB (%)	38,4	53,2	14,8
Investimento/PIB (%)	36,3	46,7	10,4
IED líquido (US\$ milhões)	40.301	158.148	292
Valor adicionado bruto (VAB) indústria/PIB (%)	46,0	46,8	0,9

(Continua)

(Continuação)

Variável	Média 1998-2000	Média 2008-2010	Varição <sup>1</sup>
VAB agrícola/PIB (%)	16,4	10,4	-6,0
VAB serviços/PIB (%)	37,7	42,8	5,1
Importações (US\$ bilhões)	177	1.178	566
Exportações (US\$ bilhões)	209	1.403	570
Saldo comercial (US\$ bilhões)	32	225	598
Exportações/PIB (%)	19,0	27,3	8,2
Resultado em conta-corrente/PIB (%)	2,1	6,5	4,4
Arrecadação fiscal/PIB (%)	13,0	20,0	7,0
Gasto fiscal/PIB (%)	16,2	21,9	5,6

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI), disponível em: <<http://www.imf.org/external/ns/cs.aspx?id=28>>; e World Bank, disponível em: <<http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>>.

Nota: <sup>1</sup> Varição percentual no caso de valores absolutos e variação linear no caso de porcentagens.

Elaboração dos autores.

O peso que a China tem adquirido no comércio mundial evidencia-se por seu papel protagonista em diferentes áreas. Atualmente, é o principal exportador de bens e o quinto maior exportador de serviços. Por seu turno, é o principal consumidor de alumínio, cobre, estanho, soja e zinco, e o segundo maior consumidor de açúcar e petróleo (Rosales, 2010).

O crescimento das exportações iniciou-se na década de 1980 com manufaturas mais simples, especialmente produtos primários e manufaturas de transformação de recursos naturais. Estes produtos passaram de 49% do total das exportações, em 1985, para uma participação muito pequena atualmente. Em contrapartida, houve um crescimento dos produtos intensivos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), chegando a representar 16% das exportações, em 2008, e avançando rapidamente em participação (Cepal, 2010).

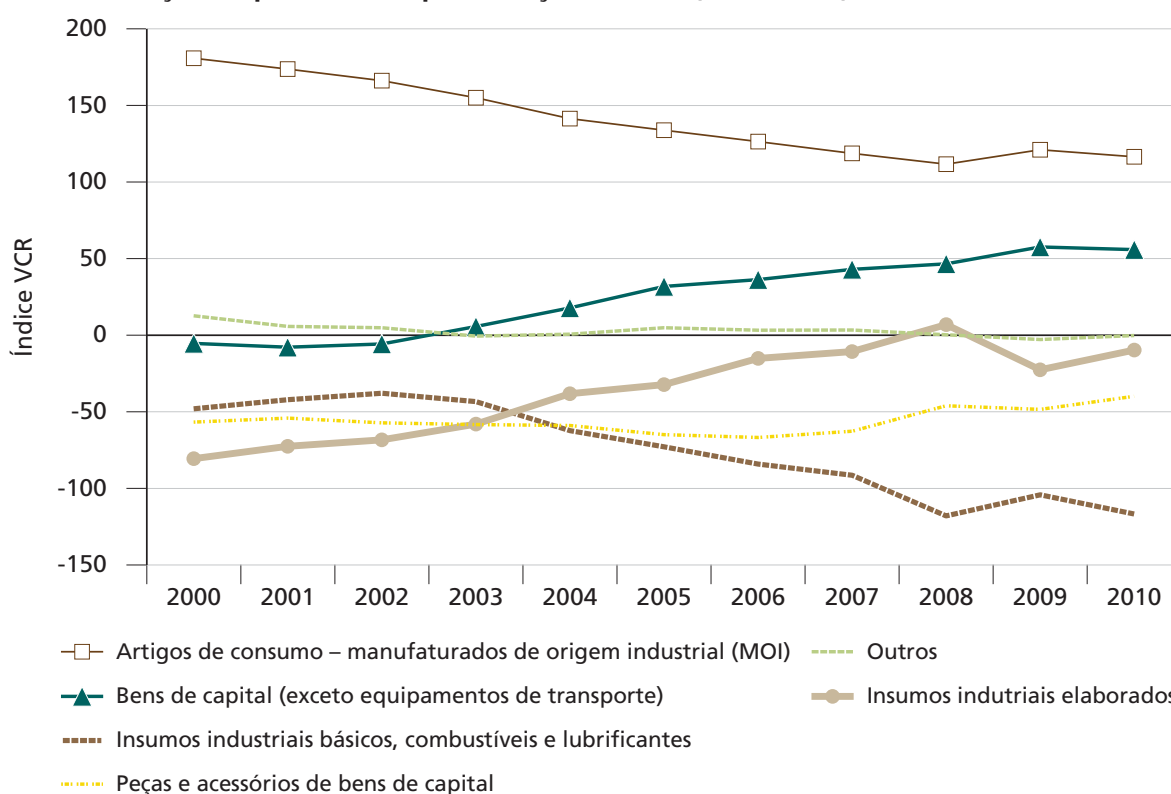
Dessa forma, apesar de a inserção internacional da China ter se iniciado e consolidado no setor industrial, houve importantes mudanças em sua composição em nível mais desagregado. Como mostra o gráfico 1, que apresenta o índice de vantagens comparativas reveladas (VCR)<sup>4</sup> para a inserção internacional da China, a forte especialização em bens de consumo – em grande parte, explicada pelos eletrodomésticos, como afirma Rodrik (2006) – deu lugar a um crescimento significativo dos bens de capital e insumos industriais elaborados, demonstrando uma tendência para patamares industriais de maior valor agregado em seu padrão de especialização.

Apesar de, nos anos 1980, as pautas de exportação e importação chinesas não serem muito diferentes das dos demais países latino-americanos, as transformações produtivas experimentadas posteriormente mostraram profundas mudanças geradas nos padrões de especialização a partir de políticas macroeconômicas,

4. Para mais detalhes sobre o índice de vantagens comparativas reveladas (VCR), ver apêndice B.

industriais e de complementação produtiva regional. Somando-se a estes fatores próprios da economia chinesa, as escalas de produção, os baixos custos iniciais de mão de obra e um forte mercado interno potencial também ajudam a explicar as transformações mencionadas na economia.

GRÁFICO 1  
Evolução do padrão de especialização – China (2000-2010)



Fonte: COMTRADE. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/>>. Elaboração dos autores.

Como se apresenta nas próximas seções, para diferentes países selecionados, a transformação do padrão de especialização posicionou a China como importante fornecedor de bens de capital e insumos em nível internacional. Atualmente, é responsável por mais de 20% das exportações mundiais de bens de capital, assim como por 10% de insumos industriais, considerando que no fim da década de 1990 não representava sequer 5% desses mercados.

## 2.2 A implementação de políticas na China e o papel do investimento estrangeiro direto

### 2.2.1 Análise geral: o papel do Estado e a transição para uma economia de mercado

A forte presença do Estado chinês na implementação de políticas para o desenvolvimento econômico expressou-se em um quadro de políticas macroeconômicas (Blanchard e Giavazzi, 2006) setoriais, de comércio exterior e tecnológicas (Rodrick,

2006), nas quais predominaram os *joint ventures* com empresas transnacionais de setores estratégicos de médio e alto conteúdo tecnológico, assim como a implementação de políticas comerciais (*draw-back*, zonas francas etc). Estas políticas, no contexto de transição para o sistema de mercado mencionado, permitiram uma efetiva resignação de recursos para setores de maior produtividade, especialmente a transferência da força de trabalho do setor primário (rural) para o industrial e de serviços (urbanos) (Hofman e Wu, 2009). O sucesso das políticas de transição tem sido fundamentado, em parte, em seu caráter gradual e experimental, podendo ser ajustadas se os objetivos esperados não forem atingidos. É importante notar o caráter distintivo dessa transição em impulsionar o crescimento econômico na China, em contraposição a outras ex-economias planejadas e de industrialização por substituição de importações, de pobre desempenho econômico após uma abertura indiscriminada e acelerada (Lin, 2010).

### 2.2.2 Políticas produtivas

As políticas produtivas da China, na atualidade, são orientadas para avançar a partir de setores padronizados, dependentes de baixos níveis salariais, a patamares de maior valor agregado e conteúdo tecnológico, reduzindo o impacto ambiental do processo produtivo. O plano de cinco anos para o desenvolvimento econômico e social (2011-2015) apresenta um novo padrão de crescimento. Contempla incrementar em 4 pontos percentuais (p.p.) a participação do setor de serviços na estrutura econômica e elevar em 2,2% do PIB os recursos destinados às atividades de pesquisa e desenvolvimento. Em termos ambientais, planeja reduzir o consumo médio de água por unidade de valor agregado industrial em 30%, assim como a intensidade energética em 16%.

Como meios para atingir tais fins, são fundamentais as grandes empresas controladas pelo Estado central, as políticas tecnológicas e educacionais e as políticas de relações internacionais: de comércio exterior e IED – tanto o recebido como o realizado.

As grandes empresas do Estado são fundamentais para promover outros setores por meio de encadeamento de elos industriais, por exemplo, via fornecimento, a preços subsidiados, de eletricidade, água ou gás. Além disso, monopolizam o comércio de importação de grãos, óleos vegetais, petróleo e fertilizantes, entre outros, o que permite atingir objetivos políticos, como a substituição de importações de óleo de soja pela de grãos, e favorecer a industrialização do grão em óleo em nível local. Do mesmo modo, essas empresas, fortemente subsidiadas pelo sistema financeiro estatal, sofrem na atualidade um processo de racionalização e privatização parcial – porém, mantêm o controle acionário nas mãos do Estado – para aumentar sua eficiência e sua produtividade.

Por sua vez, a definição de setores estratégicos ocorre em função das necessidades que apresenta a estrutura econômica e de infraestrutura da China: armas, energia, petróleo e telecomunicações. Já as “indústrias pilares” são aquelas que se vinculam a um perfil definido de especialização: equipamentos, automóveis e tecnologia da informação e comunicações (TICs).

Complementarmente, a política tecnológica na China tem como objetivo promover pesquisa e desenvolvimento endógenos. Isto é realizado por meio de financiamento de grandes projetos de P&D, de isenções fiscais ou de proteção da propriedade intelectual de desenvolvimentos locais de alta tecnologia. É particularmente importante a política orientada a atingir padrões técnicos de produtos e processos que dependam de propriedade intelectual local, de forma a reduzir a dependência de tecnologia estrangeira.

Em termos de política educacional, seu principal objetivo é favorecer a localização de trabalhadores, emigrantes de zonas rurais às urbanas, que têm baixos níveis de educação, especialmente técnicos. Igualmente, tem como objetivo facilitar a realocação de trabalhadores excedentes pela racionalização das grandes empresas estatais.

### 2.2.3 Relações internacionais: comércio exterior e investimento estrangeiro direto

A política externa da China norteia-se por dois objetivos centrais: a consolidação de suas empresas transnacionais em cadeias globais de valor – especialmente dos setores industrial e de serviços – e o fornecimento de matérias-primas e insumos de baixa elaboração – alimentos, metais e minerais, especialmente os combustíveis – para suas crescentes necessidades produtivas e de transformação social. Estas determinações conduzem as políticas comerciais em nível global e regional e o movimento do IED – tanto que este ingresse na China como direcionado ao exterior.

#### *A política de comércio exterior*

Ao ingressar na OMC, no fim de 2001, a China teve que adaptar sua estrutura tarifária, por meio da redução de tarifas e eliminação de barreiras não tarifárias, entre outras.<sup>5</sup> Neste contexto, desenvolveu-se uma forte estratégia de consolidação do comércio bilateral ou birregional por meio da assinatura de acordos de livre comércio (ALCs). Isto lhe permitiu tanto abrir mercados para suas exportações e saídas de IED, como garantir fontes de abastecimento de matérias-primas e insumos.

De maneira semelhante ao padrão de comércio do mundo desenvolvido, a inserção regional da China está fortemente orientada ao setor manufatureiro, com ênfase especial em eletrônicos. Embora o Leste Asiático tivesse um papel

---

5. No entanto, mantém um conjunto de barreiras não tarifárias, técnicas, de saúde e ambientais, assim como licenças de importação e exportação que têm sido questionadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

central nas exportações chinesas até meados dos anos 1990, concentrando 53% das exportações em 1994-1995, a entrada do país na OMC e a multilateralização de seu comércio – com crescente participação dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a União Europeia – fizeram com que esta participação caísse para 32% no período 2006-2007 (ADBI, 2009).

Quanto à sua composição, as peças e os componentes cresceram de 18%, em 1994-1995, para 44%, em 2006-2007, dos bens do Leste Asiático importados pela China. Isto é fundamentalmente explicado pelo forte incremento dos bens intermediários eletrônicos, que respondem pela quase totalidade de peças e componentes importados do Leste Asiático do setor manufatureiro, sendo que os níveis de importações para o setor automotivo e outros são pouco significativos. No tocante às exportações chinesas, observa-se uma queda na participação de manufaturas finais (têxteis passaram de 18,5% para 10% das exportações regionais nesse período) e um incremento na participação de bens intermediários, especialmente equipamentos – que passaram de 20% para 46,6% das exportações regionais no período. Isto demonstra o desenvolvimento das cadeias de valor regionais como etapas intermediárias das exportações para zonas extrarregionais, com a China como a principal plataforma de exportações (ADBI, 2009).

A fim de reforçar tais cadeias produtivas em nível regional, como plataforma de competição global frente a outros concorrentes – como os Estados Unidos e a União Europeia –, e assegurar demanda do mercado regional para seus produtos, a China assinou acordos de livre comércio com vários países da Ásia. Entre os mais significativos, destaca-se o tratado de área de livre comércio com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean-China), de janeiro de 2010. O tratado contempla tanto os fluxos comerciais como os de investimentos, com ênfase nos setores automotivo, eletrônicos e serviços diversos (comerciais, financeiros e logísticos). Outras economias desenvolvidas, como a Coreia do Sul e o Japão, pretendem incorporar-se ao bloco mencionado, aumentando ainda mais seu potencial, no denominado Asean Plus 3.

Por seu turno, o Asian-Pacific Trade Agreement (Apta) é um ALC com tarifas preferenciais entre os países emergentes da região. Estes acordos se complementam com os assinados pela China com Hong Kong e Macau para desenvolver um comércio preferencial na denominada *área econômica chinesa*. Igualmente, é importante destacar que, desde 1991, a China se tornou membro da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC).

Entre os acordos assinados com o objetivo de suprir-se de alimentos e matérias-primas, cumpre assinalar o alcançado, em outubro de 2008, com a Nova Zelândia, um forte produtor e exportador de alimentos, que prevê eliminação quase total das tarifas em 2019. Na região latino-americana, a China



possui acordos assinados com Chile e Peru. O ALC com o Chile apresenta a menor tarifa de importação dos acordos assinados pelo país – média de 2,3% para as importações provenientes do Chile, entrou em vigor em outubro de 2006, e prevê que, até janeiro de 2015, ambos os países eliminem suas tarifas sobre 97% dos produtos.

#### *Investimento estrangeiro direto na China*

A partir dos anos 1990, a China tornou-se o principal receptor de IED entre os países em desenvolvimento. Porém, em contraste com as políticas da América Latina, o país mantém uma postura intervencionista nesta matéria, como parte de sua estratégia de desenvolvimento de longo prazo. De fato, o IED se encontra bastante restrito à áreas consideradas estratégicas, o que tem obrigado empresas estrangeiras a se associarem a empresas locais e transferir-lhes tecnologia. Isso tem resultado em um importante processo de transferência tecnológica e permitido o desenvolvimento local em diversos setores, bem como o desenvolvimento de empresas chinesas com marcas próprias, como pode ser visto, particularmente, no caso da indústria automotiva.

Por meio do *Catálogo para o guia de investimento estrangeiro*, de caráter anual, são classificados os setores como favorecidos, restritos e proibidos. Os setores favorecidos estiveram vinculados historicamente às *indústrias de transformação* para reexportação. Embora alguns destes setores permaneçam na lista, esta é reforçada por novos patamares de alto valor agregado, orientados a responder aos novos objetivos de transferência tecnológica e conservação do meio ambiente. Desta forma, a produção de equipamentos industriais especiais, de telecomunicações, de eletrônica e de informática representa quase 40% de todos os setores industriais favorecidos. Por um lado, ao novo catálogo se incorporam novos setores vinculados a tecnologias agrícolas e de conservação ambiental, como o investimento na reutilização e na reciclagem de resíduos de couro e a construção e operação de usinas de reciclagem de água e de reposição de baterias. Igualmente, incorpora-se o incentivo à formação de empresas de capital de risco, aos serviços de gestão da propriedade intelectual e às empresas dedicadas à formação profissional, o que demonstra a estreita ligação entre a política de IED e as políticas tecnológicas e educacionais. Por outro lado, aparecem como proibidos aqueles projetos considerados arriscados à segurança do Estado e/ou prejudiciais aos interesses públicos, como os orientados às terras de cultivo agrícolas que não favorecem o desenvolvimento de recursos.

Por seu turno, as políticas orientadas para o IED determinam, de forma muito detalhada, os setores nos quais as empresas podem desenvolver a atividade, seja por conta própria, seja com a obrigação de se associar a grupos locais por meio de *joint ventures*. Isto tem gerado, entre as empresas multinacionais, a preocupação de se verem forçadas a entregar seus conhecimentos tecnológicos em

troca do acesso ao mercado. Portanto, ao mesmo tempo em que planejam uma estratégia para o mercado chinês, muitas empresas estão começando a fazer acordos com parceiros locais para competir em outros mercados (The Economist, 2011).

Essas políticas estão gerando temores de que a vantagem comparativa tradicional que tinham as empresas multinacionais, pelo acesso a tecnologias avançadas, pode começar a perder terreno na China. Apenas um quarto das empresas entrevistadas no relatório indicado percebe que sua tecnologia é superior. Ao mesmo tempo, enfatizam que os talentos locais estão impactando crescentemente os resultados das empresas chinesas.

Nesse contexto, o IED, que se tornou parte muito significativa da formação bruta de capital fixo, foi perdendo importância no investimento total para alcançar apenas 4%, em 2009. Porém, ainda se mantém uma elevada participação nas exportações de manufaturas com alto nível tecnológico (Kennedy, 2010), que são as que apresentam até o momento um menor valor agregado local: 4% para computadores e 15% para equipamentos de telecomunicações (OCDE, 2010).

#### *Investimento estrangeiro direto de origem chinesa para o resto do mundo*

A partir de sua entrada na OMC, o governo chinês começou a implementar uma política de promoção de IED no exterior. O ano de 2009 mostra um ponto de inflexão nos fluxos de investimento para o resto do mundo por meio de um importante papel dos conglomerados estatais. A coincidência com uma queda nos fluxos mundiais de investimento levou a China, em 2009, a ocupar o quinto lugar entre os principais países investidores – seu estoque de IED no mundo aumentou de US\$ 27,8 bilhões, em 2000, para US\$ 229,6 bilhões, em 2009 (Barbosa, 2011).

Essa expansão internacional das empresas chinesas está sendo favorecida pelo financiamento público concedido pelo Banco de Desenvolvimento e pelo Banco de Exportação e Importação. Os projetos prioritários estão orientados à aquisição de recursos naturais, à exploração de capacidades tecnológicas ou marcas (Lenovo-IBM ou Geely-Volvo), às aquisições que fortaleçam a competitividade das empresas chinesas e ao desenvolvimento de infraestruturas que incentivem suas exportações. Além disso, as empresas têm sido orientadas a contraembargar barreiras comerciais em certos países, como no caso do Brasil.

Essa estratégia mostra uma adaptação de objetivos de acordo com as diferentes regiões. Em primeiro lugar, pode-se observar que o investimento na Ásia, que concentra o 49% do IED no exterior, sugere que as empresas chinesas – com apoio financeiro do governo central – consolidem cadeias regionais de produção com empresas do Japão, da Coreia, de Taiwan e do sudeste da Ásia. Estas cadeias se concentram nos setores das TICs, aeroespaciais, de eletrônica e *hardware*, entre outros. Isto é complementado com a estratégia de unificar e abarcar a demanda do mercado regional por meio de acordos de livre comércio já mencionados (Cesarin, 2010).

Em segundo lugar, o IED chinês direciona-se à Europa (33%) e à América do Norte (28%), onde a aquisição de tecnologia estrangeira desempenha um papel crucial na orientação do IED – representando 21% desse investimento – e ocupa o segundo lugar, após aquele, destinado ao desenvolvimento de redes de comercialização, que responde por 47% do total (CCPIT, 2010).

Em contraposição, o IED voltado a países em desenvolvimento extrarregionais está fortemente orientado a explorar os recursos naturais, concentrando tanto a própria extração e/ou transformação, como atividades relacionadas (infraestrutura, comercialização etc.) que permitam sua exportação para a China. Esta estratégia decorre da forte dependência do país em relação a metais, minerais – especialmente os combustíveis – e alimentos, na qual se destaca o caso paradigmático do IED chinês na África. Nesta região, que com 13,6% dobra o IED recebido pela América Latina, os investimentos chineses estão concentrados quase que inteiramente na extração de hidrocarbonetos (Gutierrez e Bescós, 2007). Os investimentos foram iniciados por meio de três empresas estatais: a PetroChina (a de maior tamanho), a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e a China Petroleum & Chemical Corporation (SINOPEC). Em 2005, um terço do petróleo importado pela China provinha da África.

No caso da América Latina, 83% das aquisições de empresas chinesas, durante o período 2000-2008, estiveram concentrados nos setores de energia e de recursos naturais (Cepal, 2010). Mas os fluxos do IED, ainda marginais até 2009, mostram uma mudança abrupta a partir de 2010, quando a China se tornou o terceiro maior investidor após os Estados Unidos e os Países Baixos. Os principais países receptores naquele ano foram o Brasil e a Argentina, nos quais têm havido importantes aquisições e fusões voltadas essencialmente à extração de hidrocarbonetos – 40% da Statoil e 40% de Repsol no Brasil; 50% da Bridas, 100% do Pan American Energy conjuntamente com a Bridas; e 100% de Occidental na Argentina. Por sua vez, a compra do Standard Bank na Argentina pelo Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) é um passo importante no processo de expansão de bancos chineses; expansão que inclui planos de abrir filiais na região.

### **3 EFEITOS NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS COM A AMÉRICA LATINA**

#### **3.1 Características dos impactos**

As relações econômicas entre China e América Latina estão mudando de forma dramática e manifestam-se por meio de diferentes esferas – comerciais, financeiras, de investimento direto, e de relações institucionais. Serão enfatizados, aqui, aspectos das relações comerciais e de investimento.

Essas relações podem originar impactos de caráter complementar ou competitivo, ou uma combinação de ambos, e podem se modificar ao longo do tempo. Por exemplo, no nível comercial, o aumento das exportações de produtos primários por parte dos países da América Latina representa um exemplo de impacto complementar. No entanto, se as importações da China geram concorrência em terceiros mercados ou chegam a deslocar os produtores locais, evidencia-se presença de impactos competitivos.<sup>6</sup>

Por sua vez, esses impactos podem ser diretos ou indiretos. Os impactos indiretos são muito mais difíceis de serem avaliados; contudo, para alguns países, podem se tornar mais importantes que os diretos: por exemplo, a concorrência que pode gerar a China para o México nas exportações de certos produtos para terceiros mercados (Kaplinsky e Messner, 2008).

O quadro 1 mostra o cruzamento dos possíveis impactos complementares e competitivos, com impactos diretos e indiretos no nível da Argentina e de sua relação com o Brasil.

QUADRO 1  
Impactos complementares e competitivos das relações com a China

Canal	Impacto	Sobre América Latina		Sobre a relação Argentina-Brasil	
		Direto	Indireto	Direto	Indireto
Comércio	Complementário	* Exportação de <i>commodities</i> . * Importações de insumos, bens de capital e de consumo.	Melhoram termos de intercâmbio.		Aumento (redução) da balança comercial com a China pode incrementar (diminuir) os níveis de comércio regional.
	Competitivo	Substitui produção local.	Possível substituição de exportações em terceiros mercados.	Reorientação do comércio regional à China por:  * Substituição do Brasil como provedor de certos artigos de consumo e bens de capital para a Argentina.  * Substituição na Argentina de cultivos de destino regional (por exemplo, o trigo) por cultivos destinados à China (por exemplo, a soja).	* Primarização da estrutura econômica e possível perda da complementariedade.

(Continua)

6. Esses impactos podem afetar de forma diferente países envolvidos ou também diferentes grupos econômicos em um determinado país.

(Continuação)

Canal	Impacto	Sobre América Latina		Sobre a relação Argentina-Brasil	
		Direto	Indireto	Direto	Indireto
IED	Complementário	Investimento em extração de recursos e setor comercial.			
Financeiro-Fiscal	Complementário	Incremento das receitas tributárias (direitos de exportação) a partir da melhora dos preços de exportação de certos produtos primários.			

Elaboração dos autores.

## 3.2 As relações comerciais entre China e América Latina

### 3.2.1 Evolução das exportações e importações

O comércio recente entre China e América Latina mostra um crescimento rápido. Ao longo de dez anos, a China se tornou um dos principais parceiros comerciais da maioria dos países da região. Porém, uma grande porcentagem de suas exportações (80%) e importações (60%) concentra-se atualmente em quatro países: Brasil, Chile, Argentina e México, que serão aqui tratados.

Em todos os países mencionados, a China conquistou os primeiros lugares como destino das exportações. Tanto no Brasil quanto no Chile, alçou a posição de principal mercado, superando treze e oito países, respectivamente, em uma década. No caso da Argentina, o país está atrás apenas do Brasil, que importa um pouco mais que o dobro que a China. No México, a partir de uma situação muito mais remota, atingiu-se, em 2011, o terceiro lugar, sendo superada apenas pelos parceiros regionais do México (Canadá e Estados Unidos).

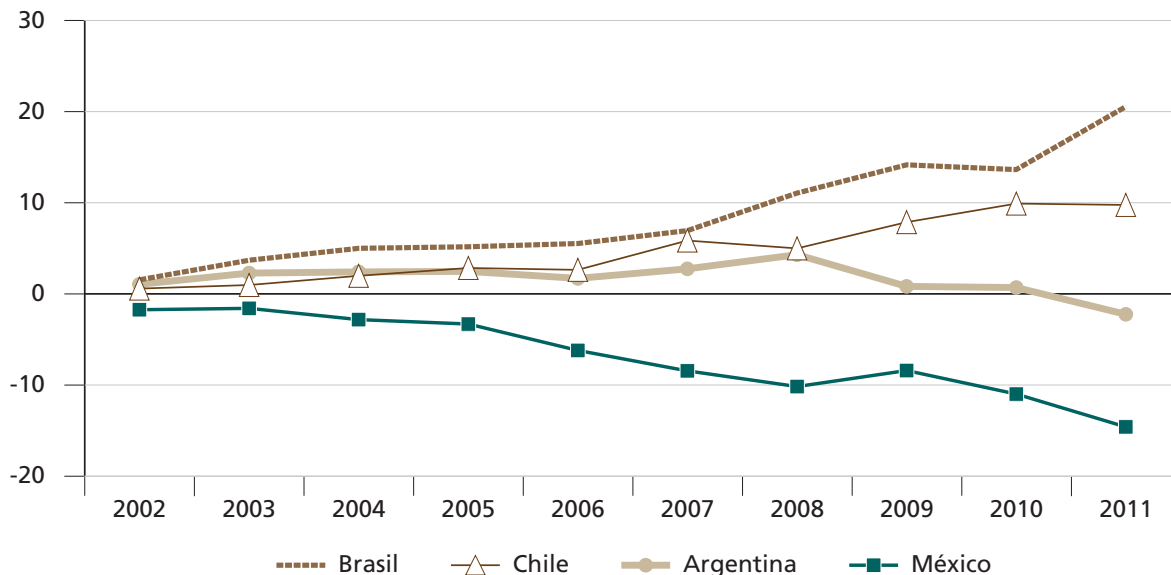
Por sua vez, a China representa hoje o segundo maior mercado em importância como origem das importações dos quatro países mencionados, mas, em alguns casos, está muito próxima de alcançar o primeiro lugar, uma vez que seu crescimento é mais acelerado em relação aos países que ocupam as primeiras posições atualmente. São os casos de Brasil e Chile, nos quais as importações de origem chinesa em 2011 representaram 96% e 84%, respectivamente, das provenientes de seu principal fornecedor (Estados Unidos). Na Argentina, as importações chinesas atingiram pouco mais da metade das de origem brasileira, seu parceiro histórico do Mercosul; enquanto no México, embora partindo de um nível mais baixo, representaram, em 2011, um terço do total procedente dos Estados Unidos.

Por sua vez, podem-se observar padrões de comércio diferentes de acordo com o país analisado. Entre os países considerados, foram encontrados impactos complementares, que apresentam *superavits*, naqueles especializados em recursos naturais

(Argentina, Brasil e Chile) e impactos competitivos, com resultado deficitário, no caso do México, cujo padrão de especialização compete com o da China (gráfico 2).

GRÁFICO 2

**Saldo comercial de países latino-americanos selecionados com a China (2002-2011)**  
(Em US\$ bilhões)



Fonte: COMTRADE. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/>>.  
Elaboração dos autores.

Porém, na realidade indicada, podem ser observadas evoluções diferentes, destacando-se as do México e da Argentina como as menos favoráveis. O México sempre manteve um nível de importações de aproximadamente o dobro de suas exportações. A crise de 2009 teve um impacto positivo em sua balança comercial, mas nos anos seguintes seu *deficit* comercial se aprofundou e chegou-se a questionar sua estratégia de inserção vinculada às maquiladoras.

No caso da Argentina, a crise de 2009 gerou uma forte queda do comércio com a China, que foi maior no lado das exportações. Desde então, o *superavit* comercial foi se debilitando até que, em 2011, ante uma nova redução das vendas para a China, alcançou uma situação deficitária.

Brasil e Chile mostram uma tendência oposta. No caso do Brasil, a crise de 2009 não afetou tanto seu comércio, que se recuperou rapidamente para alcançar, em 2011, um importante *superavit* comercial, que representou quase 25% do total de seu comércio bilateral. No entanto, o avanço da China pode chegar a dificultar a expansão de suas exportações industriais em nível regional.

O Chile mostra uma queda em seu comércio com a China em 2009, mas suas exportações cresceram 15%. Nos anos seguintes, acelerou seu ritmo de crescimento, alcançando, em 2011, um *superavit* que representa 21% de seu comércio total bilateral.

### 3.2.2 Principais produtos de exportação da América Latina para a China

Até agora, mostrou-se que o comércio com a China nos últimos dez anos tem se transformado no principal motor do intercâmbio global de bens para seus principais parceiros latino-americanos.

Cumpra agora analisar como a dinâmica do comércio afeta os padrões de especialização desses países. Poderia se falar de uma relação comercial de caráter similar às dos de centro-periferia, mas, neste caso, entre os países em desenvolvimento? Para responder a esta questão, analisar-se-á a composição do comércio bilateral dos quatro países analisados com a China.

Do lado das exportações, os países considerados mostram, para o período 2008-2010, uma forte concentração em cinco produtos principais, especialmente nos casos de Argentina, Brasil e Chile – representando 91%, 83% e 92%, respectivamente, de suas exportações para a China (tabela 2). No caso do México, este é reduzido para 38%, o que mostra um contraste entre os países especializados em recursos naturais, cujo padrão de comércio parece mais concentrado, e os países que competem com a produção da China, com um padrão mais diversificado. O panorama mostra, em geral, um comércio de tipo interindustrial que, longe de desenvolver uma diversificação produtiva nos países latino-americanos, os impulsiona à primarização.

**TABELA 2**  
**Principais produtos exportados para a China pelos países latino-americanos selecionados (2008-2010)**

Valor das exportações totais para a China (US\$ milhões)	Cinco primeiros produtos e sua participação no total de exportações para a China (%)	Participação dos primeiros cinco produtos (%)
Argentina – 6.824,00	Feijão de soja (60,68); óleo de soja (18,31); petróleo cru (6,92); carne e restos de aves (2,74); couro bovino e equino (2,69)	91
Brasil – 32.081,00	Minerais de ferro e seus concentrados (44,26); feijão de soja (23,67); petróleo cru (8,03); aglomerados de ferro (3,32); massa química de madeira (3,22)	83
Chile – 13.966,00	Cobre, ânodos e ligas (58,09); concentrados de cobre (22,06); massa química de madeira (5,5); minerais de ferro e seus concentrados, sem aglomerar (4,15); farinhas não comestíveis (2,00)	92
México – 4.816,00	Microcircuitos eletrônicos (11,65); minerais de cobre e seus concentrados (11,43); veículos automotivos para o transporte de pessoas (6,31); partes e acessórios para equipamentos de telecomunicações e gravações (4,2); petróleo cru (4,04)	38

Fonte: Classificação Uniforme para o Comércio Internacional (Cuci)/COMTRADE. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/>>. Elaboração dos autores.

Na Argentina, o forte crescimento da produtividade dos processos agrícolas – devido à qualidade extraordinária do fator terra e à utilização de processos técnicos de fronteira internacional – foi marcadamente influenciado em seu padrão de inserção internacional (Bekerman e Dulcich, 2012). A relação comercial bilateral com a China parece muito enviesada pelo complexo da soja, com certas características especiais que serão analisadas na seção 4.

No caso do Chile, as exportações de minerais marcaram a trajetória de sua especialização internacional. No século XIX, os nitratos – usados em fertilizantes e explosivos – predominaram em sua pauta de exportação. Um século depois, foram ganhando espaço as exportações de cobre, que, na atualidade, representam mais da metade do total das exportações do país.

Por sua vez, o Brasil, que possui tanto recursos minerais quanto grandes extensões de terras férteis, poderia ser caracterizado como um híbrido entre os dois casos anteriores. Quanto à mineração, o ferro é o principal produto exportado para a China. Do lado do setor agrícola, a soja é o segundo produto mais vendido ao país asiático.

O caso do México não só apresenta uma maior diversificação, como também, nesse país, no topo do *ranking*, convivem produtos primários (minérios de cobre e petróleo cru) com manufaturas de certo grau de complexidade. No entanto, na maioria dos casos, trata-se de produtos montados a partir de peças importadas de várias procedências, aproveitando sua mão de obra abundante e a posição geográfica de proximidade com os Estados Unidos.

### 3.2.3 Principais produtos de importação da América Latina pela China

A composição das importações do grupo selecionado de países para o período 2008-2010 pode ser observada na tabela 3.

TABELA 3  
Composição das importações de origem chinesa do grupo selecionado de países da América Latina

Produto/país	Argentina	Brasil	Chile	México
Insumos industriais – elaborados (BEC 22)	33%	28%	26%	21%
	Compostos organo-inorgânicos (9%); tecidos de fibras sintéticas (1%); petroquímicos (poliéster) (1%); tecidos de fibras artificiais (1%)	Tecidos sintéticos (poliéster) (1%); produtos laminados planos de ferro ou aço (1%); compostos organo-inorgânicos (1%); lâminas de ferro ou aço (1%)	Barras de liga de aço (1%); tecidos de fibras sintéticas (1%); ureia (1%); produtos laminados planos de ferro ou aço (1%)	Tecidos de fibras sintéticas (1%); ureia (1%); telas impregnadas (1%); tecidos sintéticos (poliéster) (0,5%)
Bens de capital – exceto equipamentos de transporte (BEC 41)	27%	27%	18%	35%
	Computadores (6%); aparelhos elétricos de telecomunicação (2%); unidades de entrada ou saída para computadores (2%); aparelhos emissores de rádio, televisão e gravação (1%)	Aparelhos ou instrumentos de ótica (cristal líquido) (6%); aparelhos elétricos de telecomunicação (2%); transformadores elétricos (1%); perfuradores flutuantes (1%)	Computadores (4%); aparelhos emissores de rádio, televisão e gravação (2%); aparelhos elétricos de telecomunicação (1%); unidades de entrada ou saída para computadores (1%)	Aparelhos ou instrumentos de ótica (cristal líquido) (9%); computadores (6%); aparelhos emissores de rádio, televisão e gravação (4%); transformadores elétricos (2%)

(Continua)



(Continuação)

Produto/país	Argentina	Brasil	Chile	México
Peças e acessórios de bens de capital (BEC 42)	9%	18%	4%	20%
Equipamentos de transporte, suas peças e acessórios (BEC 5)	8%	7%	7%	7%
Outros artigos de consumo (BEC 6)	23%	17%	44%	15%
	Condicionadores de ar (3%); televisores e rádios (1%); malas e malas e maletas (1%); brinquedos (1%)	Condicionadores de ar (1%); malas e maletas (1%); televisores e rádios (1%); videocâmeras (1%)	Calçados (3%); televisores e rádios (2%); suéteres de fibras sintéticas (1%); brinquedos (1%)	Brinquedos (1%); condicionadores de ar (1%); televisores e rádios (1%); videocâmeras (1%)
Demais	1%	4%	1%	3%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Total médio 3 anos (em U\$S milhões)	4.884	19.129	6.380	14.679

Fonte: BEC/COMTRADE. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/>>. Elaboração dos autores.

Os quatro países considerados importam, principalmente da China, insumos industriais elaborados, bens de capital e artigos de consumo. Entre os insumos industriais, observa-se uma preponderância de petroquímica, têxtil, siderurgia e eletrônicos. No caso do Brasil e da Argentina, a categoria *compostos organo-inorgânicos* tem uma participação importante dada pelo peso do glifosato, principal herbicida utilizado na produção de soja. Quanto aos bens de capital, os computadores e os equipamentos relacionados à comunicação são produtos de maior peso, embora, no caso do Brasil e do México, os instrumentos de precisão (óptica) liderem a categoria. Em relação aos bens de consumo, destacam-se os eletrodomésticos de *linha marrom*, condicionadores de ar e brinquedos. Finalmente, cabe destacar o forte peso que as motocicletas têm nas importações dos quatro países, na categoria de equipamentos de transporte.

O caso das importações de bens de capital procedentes da China merece ser analisado com mais detalhe para observar seu crescente papel como novo fornecedor industrial dos países latino-americanos, com capacidade de deslocar as importações provenientes da Europa e dos Estados Unidos. De fato, entre os períodos 1998-2000 e 2008-2010, tem mudado significativamente o peso de cada fornecedor, uma vez que, em quase todos os casos, tanto a União Europeia quanto os Estados Unidos perderam participação de forma significativa em favor da China. Trata-se de uma reorientação do comércio muito pronunciada, como mostrado na tabela 4.

**TABELA 4**  
**Participação dos principais provedores de bens de capital para países selecionados – média anual (1998-2000 e 2008-2010)**

Importador	China				UE27				EUA				Mundo (100%) (milhões de US\$)	
	Média 1998-2000 (%)	Média 2008-2010 (%)	Variação (%)	Média 1998-2000 (%)	Média 2008-2010 (%)	Variação (%)	Média 1998-2000 (%)	Média 2008-2010 (%)	Variação (%)	Média 1998-2000 (%)	Média 2008-2010 (%)	Variação (%)	Média 1998-2000 (%)	Média 2008-2010 (%)
Argentina	4	23	19	29	20	-10	29	15	-14	5.672	8.373	-14	5.672	8.373
Brasil	2	22	20	41	32	-9	32	18	-14	9.834	23.150	-14	9.834	23.150
Chile	3	23	20	30	25	-5	39	21	-18	3.031	8.048	-18	3.031	8.048
México	2	25	23	15	14	-2	65	35	-30	24.459	46.048	-30	24.459	46.048

Fonte: BEC 41/COMTRADE. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/>>.  
 Elaboração dos autores.

### 3.2.4 Efeitos comerciais indiretos: a evolução favorável dos termos de troca, a demanda chinesa e os preços internacionais

Na última década, a China aumentou fortemente sua participação como demandante de produtos primários para nutrir sua pujante atividade industrial, assim como alimentar uma população cada vez mais integrada ao mercado de trabalho. No caso dos complexos oleaginosos (grãos, óleo e subprodutos de moagem), a China passou de 14% do mercado mundial, ao ingressar na OMC, para 36% na atualidade. Do mesmo modo, sua participação em metais e suas manufaturas passaram de 12% para 19% nesse período, e, em combustíveis, de 6% para 19%.

O efeito dessa crescente demanda sobre os setores primários com um fator produtivo não reproduzível (terra, mina ou poço), tem impactado distintamente os preços internacionais desses produtos.<sup>7</sup> A Cepal (2008) observa que, para o período 2000-2007, a demanda chinesa afetou mais o mercado de metais e petróleo que o de alimentos. Sua participação no consumo mundial destes produtos é crescente: de 6,3% para 9,2% em petróleo, de 16,3% para 33,8% em produtos acabados de aço, de 14% para 33,3% de alumínio, de 12,7% para 26,9% em cobre e de 21,6% para 31,9% em zinco. No caso de alimentos, o crescimento de sua participação no consumo mundial foi menor, mas se destaca o do complexo da soja – passando de 13,4% para 25,7%, no caso do óleo, e de 15,6% para 20,6%, no do grão de soja. Estes movimentos no consumo e na demanda de importação se refletiram nos preços internacionais desses produtos,<sup>8</sup> que evoluíram relativamente a favor dos metais, dos minerais, do petróleo e dos alimentos. Em contrapartida, os preços das manufaturas de origem industrial – em parte influenciados pelo forte excesso de oferta da China – tiveram um comportamento estável e, portanto, uma perda relativa, ante um contexto de inflação internacional.

Esses efeitos indiretos da industrialização da China sobre os países exportadores de produtos primários da região também foram destacados por Jenkins, Peters e Moreira (2008), e podem estar associados à evolução sofrida pelos termos de intercâmbio dos países selecionados. O Chile, importante fornecedor de cobre para o mercado chinês e com uma estrutura de exportação altamente concentrada, foi o país mais beneficiado por esta evolução. Em contrapartida, os termos de troca do México têm permanecido estáveis, por possuírem uma estrutura exportadora mais diversificada e com maior incidência nas manufaturas de origem industrial.

No caso da Argentina, a melhora nos termos de troca deu lugar a uma política de altos impostos sobre as exportações de certos produtos primários, como forma de captar a renda diferencial. Nesse sentido, cabe destacar que, nesse país, a partir de 2002, a arrecadação dos direitos de exportação, líquida de reembolsos,

---

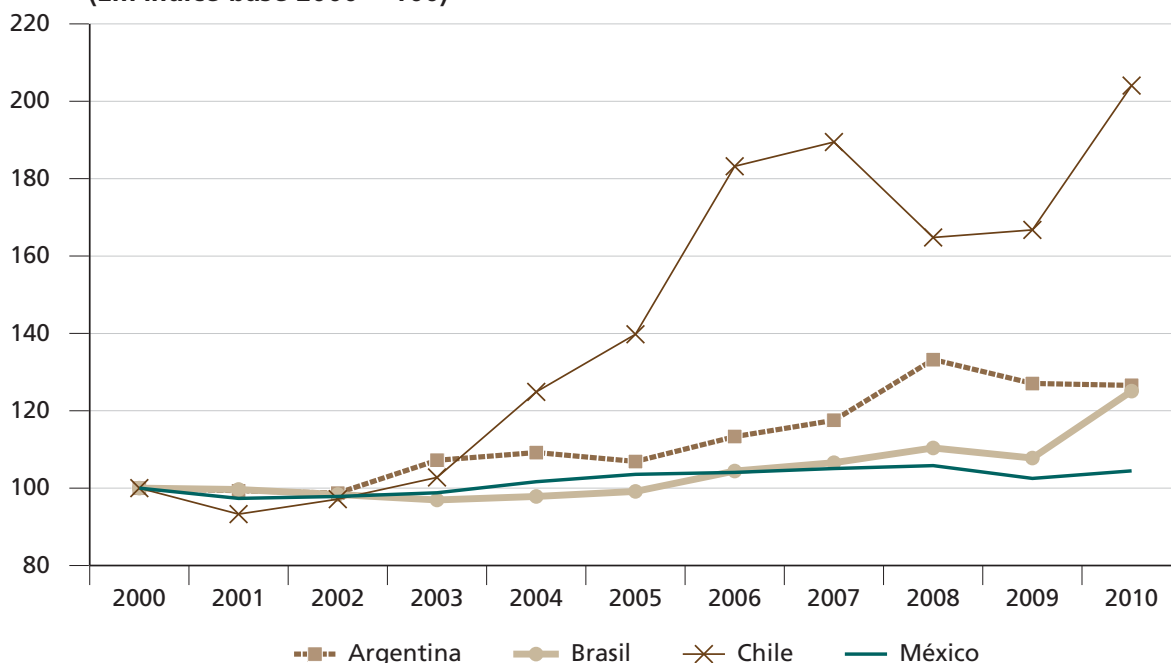
7. Que desse modo são guiados por outros determinantes de suas condições de produção e demanda. Por exemplo, pela implementação de políticas tendentes para favorecer a elaboração de biocombustíveis a base de óleo vegetal, no caso das oleaginosas.

8. Para mais detalhes, ver o gráfico A.1 do apêndice A.

nunca caiu para menos de 7% da arrecadação total nacional, alcançando uma média entre aquele ano e 2011 de 9,4%.<sup>9</sup> Isto permite que a Argentina expanda os gastos públicos sem afetar o *superavit* primário, ao mesmo tempo que atenua o efeito das variações dos preços internacionais sobre os preços internos. Além disso, o esquema escalonado de retenções – decrescentes quando aumentam os elos de elaboração da cadeia – permitiu o incentivo das indústrias de transformação de bens primários, especialmente para os de base agrícola (Bekerman e Dulcich, 2012).

GRÁFICO 3

**Evolução dos termos de troca de países latino-americanos selecionados – (2000-2010)**  
(Em índice-base 2000 = 100)



Fonte: USDA (2012).

Elaboração dos autores.

### 3.3 Restrições e assimetrias no comércio bilateral entre China e América Latina

Ante a projeção da China como principal parceiro comercial de um conjunto de países latino-americanos, é importante indagar sobre o peso relativo dos países da região ao encarar negociações com o gigante asiático. Esse peso se apresenta bastante limitado, uma vez que as exportações chinesas para a América Latina representam apenas 5% de suas vendas totais, enquanto as importações procedentes da região latino-americana atingem 7% do total de suas compras com o resto do mundo.

A participação da região atinge um nível maior no caso das exportações de alimentos processados (15%), em que se destaca a participação do óleo de soja. No entanto, deve-se notar que este nível se mantém limitado devido à expansão da produção local.

9. Dirección Nacional de Investigaciones y Análisis Fiscal del Ministerio de Economía y Finanzas Públicas. Disponível em: <<http://goo.gl/gvaD7g>>.

A isso se deve adicionar o forte peso das importações chinesas de óleo de palma, substituto do óleo de soja, que ocupa o primeiro lugar nos alimentos processados que a China importa<sup>10</sup> e que evidencia uma estratégia comercial diferente entre ambos os produtos. Enquanto o óleo de soja tende a ser produzido internamente, a estratégia da China em relação ao óleo de palma é orientada para as importações diretas provenientes de seus vizinhos Malásia e Indonésia. Isto se vincula a um importante sistema de comércio regional desenvolvido por uma rede de cadeias do tipo vertical – processamento de matérias-primas e bens intermediários procedentes de outros países do Leste Asiático –, liderado por empresas transnacionais. O resultado é manifestado em elevadas taxas de comércio de caráter intraindustrial apoiadas pelos governos asiáticos (Rosales, 2010).

Por isso, ainda que a Argentina e o Brasil concentrem mais de 87% do óleo de soja que a China adquire do resto do mundo, seu peso no total de alimentos processados importados pelo país asiático se mantém baixo. Malásia e Indonésia são exportadores exclusivos de óleo de palma, o que pode sinalizar uma estratégia chinesa de privilegiar um abastecimento de caráter regional. Outros produtos fabricados com soja, como grânulos, molho e farinha de soja, atingem níveis insignificantes nas importações chinesas.

A categoria de alimentos básicos é a única em que se observa um papel de destaque e maior poder de negociação da Argentina e do Brasil nas relações comerciais com a China, representando 42% das suas importações – compostas em 90% pelos grãos de soja. Isto significa que, nas condições atuais, a China oferece poucas oportunidades para a expansão do comércio de alimentos processados: sua estratégia parece orientada à aquisição de recursos naturais estratégicos e matérias-primas e, quando possível, parece optar por importações de caráter regional.

#### **4 ANÁLISE ECONÔMICA DA RELAÇÃO BILATERAL CHINA-ARGENTINA**

Como já referido na seção anterior, a China é o segundo mercado mais importante para a Argentina, tanto como destino de suas exportações quanto como origem de suas importações – em ambos os casos após o Brasil, que ainda se mantém como seu principal parceiro comercial. A participação da China no total das exportações argentinas cresceu de 3% a 8% durante o período 1998-2010 (tabela A.1 do apêndice A), o que corresponde a uma queda do Brasil (de 27% para 20%) e dos Estados Unidos (de 10% para 6%). Enquanto como origem das importações (tabela A.2 do apêndice A), as compras provenientes da China aumentaram sua participação de 4% para 13%, colocando o país como o que mais cresceu em participação entre os grandes parceiros comerciais. O Brasil também tem crescido, passando de 23% do mercado argentino, no final dos anos 1990, para 31%.

---

10. Em 2011, as importações de óleo de palma representaram quase cinco vezes o valor das de óleo de soja.

Estes crescimentos foram compensados pelas quedas dos Estados Unidos (de 19% para 12%) e, especialmente, da União Europeia (de 25% para 17%).

Até a crise de 2009, a Argentina manteve um *superavit* comercial crescente em seu comércio com a China. Desde então, este passou a se enfraquecer até se tornar, pela primeira vez, deficitário, em 2011. Neste contexto, analisar-se-ão os impactos comerciais diretos e indiretos de sua relação com a China.

#### **4.1 Efeitos comerciais diretos nas exportações: criação de comércio de exportação e substituição de destinos**

##### 4.1.1 A forte incidência da cadeia da soja

Como mostra a tabela A.1 (apêndice A), a estrutura exportadora argentina para a China é fortemente concentrada no complexo da soja. As exportações de grãos e óleo de soja concentram 76% das exportações totais argentinas para aquele mercado.

Desde a última década, a China tem crescido fortemente como destino das exportações de grãos de soja, passando de 40% a 79%. Isto deu lugar, de forma paralela, a uma forte redução da participação da União Europeia, que antes representava 28% das exportações e, na atualidade, praticamente tem perecido como mercado de importação deste produto. No caso do óleo de soja, o incremento na participação chinesa é menor, mas ainda significativo, uma vez que passou a concentrar de 9% para 26% das exportações.<sup>11</sup>

Em termos de sua contribuição às exportações para a China, os produtos que seguem em importância aos do complexo de soja estão muito abaixo dos níveis deste e consistem principalmente em produtos primários e agroindustriais. Em particular, à diferença do que tem lugar no comércio com o Brasil, as exportações de bens de capital e insumos industriais para a China são praticamente nulas.

##### 4.1.2 A estratégia da China em relação à cadeia de soja

Na atualidade, a inserção argentina no mercado chinês depende fortemente do desempenho do complexo da soja. Outro componente importante, o óleo de soja, mostrou forte queda entre 2009 e 2010 – de US\$ 1,44 milhão para US\$ 234 milhões –, o que acentua a importância do componente primário das exportações – as de grão passam de US\$ 3,6 milhões, em 2008, para US\$ 4.117 milhões, em 2010.

Essa tendência contraposta das exportações de grãos e óleo de soja pode ser explicada, em grande parte, pelo comportamento do complexo de soja na China. A crescente demanda do país por óleo de soja tem sido atendida por meio do aumento da produção interna – que atinge 90% da oferta agregada –, com uma

---

11. A participação dos Estados Unidos e do Brasil nas exportações do complexo de soja é insignificante, uma vez que são produtores competitivos nessa cadeia em nível internacional. Assim, a emergência da China como destino de exportação não os tem afetado.

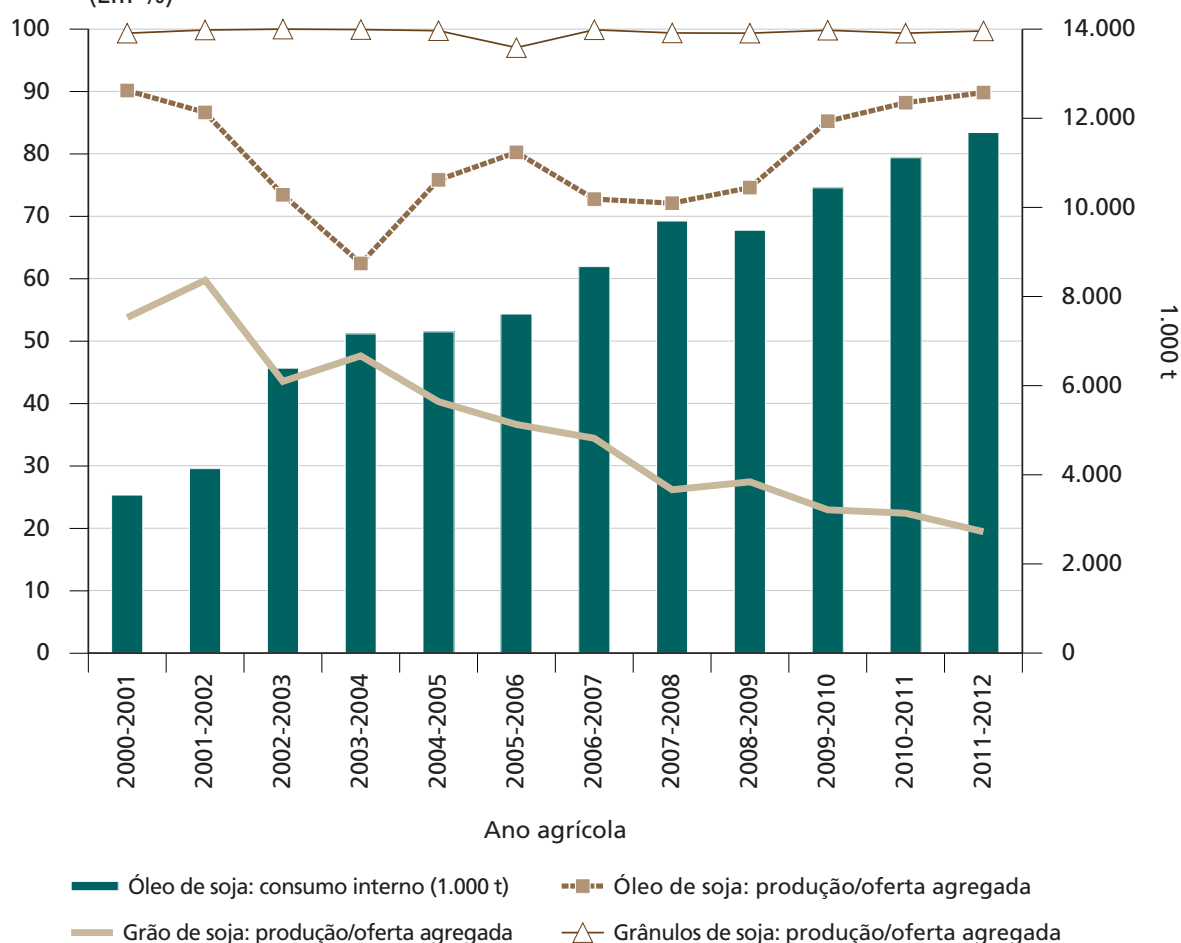
queda na participação da produção de grãos em sua oferta agregada – que passa de 55% para 20% entre 2000 e 2011 (gráfico 4). Isto se deve a que, durante as últimas décadas, a China não expandiu a área cultivada de soja em favor de cultivos de maior valor agregado. Isto determinou que, ante o aumento da demanda por óleo de soja, o país se voltasse para a importação do elo primário da cadeia, de modo a aumentar a fase de industrialização local do óleo e dos grânulos.<sup>12</sup> Este processo foi complementado pelo forte crescimento, já mencionado, das importações chinesas de óleo de palma (seção 3.3).

Por último, é importante notar que o USDA (2012), em suas projeções do setor agrícola em nível internacional, estima que a China vá aprofundar esta tendência a importar o grão de soja e industrializá-lo internamente, substituindo assim suas importações de óleo de soja. Isto está baseado em sua forte e crescente capacidade instalada para a moagem de soja.

GRÁFICO 4

**Evolução da oferta agregada e do consumo interno do complexo da soja – China (2000-2012)**

(Em %)



Fonte: COMTRADE. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/>>.

Elaboração dos autores.

12. No caso de grânulos de soja, a produção interna é responsável por quase 100% da oferta agregada, cobrindo a demanda interna na sua totalidade.

## 4.2 Efeitos comerciais indiretos sobre as exportações: a competição no mercado brasileiro de importação

Outros efeitos negativos da emergência da China sobre o comércio regional estão relacionados à competição que esse país gera sobre as incipientes exportações argentinas de manufaturas de origem industrial para o Brasil. Os produtos industriais mais significativos, em que são observados deslocamentos da Argentina em favor da China, podem ser observados na tabela 5.

TABELA 5  
**Importações do Brasil: reorientação do comércio entre seus principais sócios (1998-2000 e 2008-2010)**

HS-1996	Commodity	Importações do mundo (média 2008-2010) (US\$)	Crescimento das importações brasileiras (1998-2000 vs. 2008-2010) (%)	Participação de cada país (por produto)					
				Argentina			China		
				Média 1998-2000 (%)	Média 2008-2010 (%)	Variação (%)	Média 1998-2000 (%)	Média 2008-2010 (%)	Variação (%)
39	Plástico e seus manufaturados	5.695	199	11	12	1	1	7	6
40	Borracha e seus manufaturados	3.201	269	8	8	0	1	9	8
72 e 73	Ferro e aço elaborado e bruto	6.187	440	9	3	-6	2	20	18
50 a 63	Insumos e produtos da indústria têxtil	4.115	140	17	4	-12	5	40	35
84	Bens de capital mecânicos	24.971	155	4	2	-2	1	17	15
85	Bens de capital eletrônicos	19.244	130	2	1	-1	3	34	30
87	Veículos automotores	13.647	210	41	36	-4	0	4	4
<b>Total</b>		<b>160.434</b>	<b>186</b>	<b>12,7</b>	<b>8,1</b>	<b>-4,6</b>	<b>2,0</b>	<b>12,8</b>	<b>10,8</b>

Fonte: HS-1996/COMTRADE. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/>>. Elaboração dos autores.

Em nível global, observa-se que, entre os períodos 1998-2000 e 2008-2010, a Argentina perdeu um pouco mais de 4 p.p. em sua participação no mercado de importações brasileiro (de 12,7% para 8,1%), enquanto a China incrementou sua participação em quase 11 p.p. (de 2% para 12,8%).

Os casos da indústria siderúrgica e têxtil são os que melhor revelam essa tendência em favor da China, que, de níveis irrelevantes, passou a representar uma fração importante do mercado brasileiro. Por sua vez, em indústrias, como a petroquímica (borracha e plástico) e a de bens de capital (elétricos, eletrônicos,



reatores nucleares etc.), a China mostra um forte avanço no sentido de se posicionar como um dos principais fornecedores, ocupando nichos que a Argentina não foi capaz de ocupar. Apenas no caso da indústria automotiva, esta mantém um peso significativo.

Sintetizando, os fenômenos analisados são baseados em uma redução do efeito da proteção diferencial que outorga o acordo entre Argentina e Brasil. O impacto que o ingresso da China gera no mercado brasileiro, com preços excessivamente baixos, é reprimir o desvio de comércio que beneficiava a Argentina por meio de acordos preferenciais.

### **4.3 Efeitos comerciais diretos sobre as importações: a substituição de importações de outros fornecedores internacionais e a produção local**

Durante a última década, observa-se um forte crescimento da China como fornecedor de insumos, bens de capital e outros setores. A esta subseção, interessa observar até que ponto o crescimento das importações da China foi devido ao deslocamento de outros fornecedores internacionais e/ou de produção local.

#### **4.3.1 Análise geral**

Para averiguar se a China está gerando um deslocamento de outros ofertantes, realizar-se-á uma comparação com os fornecedores mais significativos: Brasil, União Europeia e Estados Unidos. Para tal, será analisada a participação de cada um destes países como origem das importações argentinas, em nível global e para alguns setores selecionados, tomando as médias dos períodos 1998-2000 e 2008-2010. Isto permite capturar o processo que se seguiu à entrada da China na OMC, no final de 2001.

Em nível global, a participação da China tem crescido à custa dos fornecedores mais significativos (tabela A.2, apêndice A). De fato, sua participação no total das importações argentinas cresceu de 4% para 13%, em contraposição à queda dos Estados Unidos (de 19% para 12%) e da União Europeia (de 25% para 17%). Isto a posiciona como o terceiro maior fornecedor da Argentina e o que mostra maior dinamismo.

O Brasil também aumentou sua participação como fornecedor da Argentina (de 23% para 31%), devido ao forte peso da provisão dos elos da cadeia automotiva, na qual a China não tem sido ainda capaz de avançar (subseção 4.3.3). No entanto, tem crescido fortemente no mercado de motocicletas – sua participação atual é de 66% –, deslocando em parte o Brasil (que cai de 23% para 15%), mas especialmente outros fornecedores de origem asiática.

Entre os setores em que se observa um forte crescimento das importações de origem chinesa durante os dois subperíodos analisados, encontram-se, como já foi mencionado, o de equipamentos e aparelhos elétricos (capítulo 85 da

Nomenclatura Comum do Mercosul –NCM), que passou de 6% para 27% do total, e o de equipamentos e aparelhos mecânicos (capítulo 84 da NCM),<sup>13</sup> de 4% para 20%. Os provedores mais deslocados por este crescimento da participação chinesa como fornecedora de bens de capital foram a União Europeia – sua participação passa de 25% para 16% em equipamentos elétricos, e de 33% para 23% em equipamentos mecânicos – e os Estados Unidos – de 26% para 8% e de 25% para 14%, respectivamente.

No setor de insumos industriais, os químicos orgânicos provenientes da China aumentaram sua participação de 5% para 29% durante os dois períodos mencionados, deslocando a União Europeia e os Estados Unidos, embora em uma quantia menor, resultando em um impacto sobre outros fornecedores. Por seu turno, em diversos elos da cadeia têxtil, o maior prejudicado foi o Brasil (tabela A.2 do apêndice A).

É importante notar que, exceto para os elos da cadeia têxtil – que já tinham certa especialização naqueles intensivos no uso da mão de obra –, a China não capturava inicialmente mais de 10% do mercado em nenhum dos casos considerados. Isto demonstra um rápido processo de especialização em setores de maior valor agregado durante o período em consideração. No conjunto dos setores considerados na tabela A.2 (apêndice A), a China passou de uma fatia de 5% para 19% do mercado de importações argentinas, superando a União Europeia – que caiu de 28% para 16% – e os Estados Unidos – com uma queda de 20% para 10%. Em contraposição, o Brasil sofreu menor impacto com a concorrência chinesa, uma vez que sua participação cresceu de 22% para 34% do mercado de importação dos setores selecionados.

#### 4.3.2 Deslocamento da União Europeia e dos Estados Unidos

A forte especialização lograda pela China em bens de consumo duráveis e seu surgimento recente como fornecedora de insumos industriais e bens de capital em nível internacional refletiram-se no mercado de importação argentino, no qual houve um deslocamento dos parceiros tradicionais, os Estados Unidos e a União Europeia, em certos setores associados ao fornecimento de tecnologia.

Nos casos de equipamentos mecânicos e elétricos, já analisados em nível geral, é importante notar a queda das procedências de importação em todos os subsectores da categoria. No caso dos Estados Unidos, a perda é mais forte em equipamentos elétricos – a participação caiu de 26% para 8% do mercado –, com especial preponderância de telefones celulares e aparelhos de transmissão de dados (de 32% para 5%), televisores, rádios e câmeras digitais (de 40% para 3%), nos quais se destaca o forte crescimento da China e um aumento da participação do Brasil, e das peças destes setores (de 33% para 2%). Em todos estes, a perda de

13. Capítulo 84 (maquinaria mecânica e suas partes). Disponível em: <<http://www.aduanaargentina.com/nc.php>>.

mercado foi quase total, com níveis de participação inferiores a 5% do mercado de importação argentino. Em termos de mercado de equipamentos mecânicos, a perda é menor no agregado (de 25% para 14%), mas com fortes perdas para setores como computadores (de 31% para 9%, com um impressionante crescimento da China de 9% para 64% do mercado), partes e acessórios de equipamentos mecânicos (de 40% para 5%, contra um aumento da China de 11% para 67% do mercado), e impressoras (de 29% para 8%); todos esses subsetores que a China abarca se situam entre 5% e 10% do mercado.

No caso da União Europeia, a perda de mercado em equipamentos elétricos e mecânicos é semelhante da ordem de 10%, passando a representar de 25% para 16%, no primeiro caso, e de 33% para 23%, no segundo. Como nos Estados Unidos, verifica-se uma forte perda de participação no mercado de celulares e transmissores de dados (de 37% para 7%) e de peças de equipamentos elétricos (de 30% para 3%); enquanto em equipamentos mecânicos sobressai uma forte perda em impressoras (de 48% para 15%), em que, além do crescimento da China, observa-se um crescimento do Brasil. É importante observar também a perda de participação da União Europeia em móveis (de 32% para 11%) e em certos elos da cadeia têxtil, como vestuário e acessórios de vestimenta.

#### 4.3.3 A situação do Brasil

O caso do Brasil é apresentado em contraste com o da União Europeia e dos Estados Unidos. Sua participação no mercado de importação de equipamentos elétricos e mecânicos tem crescido – de 13% para 23% e de 16% para 22%, respectivamente. Além do mais, o Brasil consolidou sua presença no mercado automotivo até alcançar 62% deste, setor em que a China não tem acesso por se tratar de um comércio administrado no âmbito do Mercosul. Desta forma, observa-se um processo de regionalização comercial em setores de médio e de alto conteúdo tecnológico, que persiste além do forte crescimento da China e que afeta principalmente os Estados Unidos e a União Europeia.

No entanto, é importante notar a existência de um deslocamento do Brasil em setores específicos, como monitores (no qual havia forte especialização regional, chegando a abarcar 40% do mercado argentino), computadores (caindo de 16% para 6% do mercado) e elos da cadeia têxtil (malhas sofreram queda de 31% para 18% e vestuário e acessórios de vestuário de 34% para 12%).<sup>14</sup>

---

14. Complementando o “efeito China” do deslocamento do Brasil no mercado argentino, é importante notar a existência de licenças não automáticas de importação (LNAs), especialmente no caso de fios e produtos têxteis, que foram derogados em janeiro de 2013. As negociações bilaterais difíceis ao respeito, onde estavam em debate as LNAs de automóveis finais no Brasil, mostram que ambos os países identificavam uma intenção restritiva destas medidas, que *a priori* não foram elaboradas – no marco da OMC – para esta finalidade. Excede ao objetivo deste trabalho investigar a existência de uma discriminação de procedências específicas na aplicação de LNAI por parte da Argentina, de maneira a fundamentar parte do deslocamento comercial do Brasil a partir de tais medidas.

#### 4.3.4 Penetração das importações e deslocamento da produção local

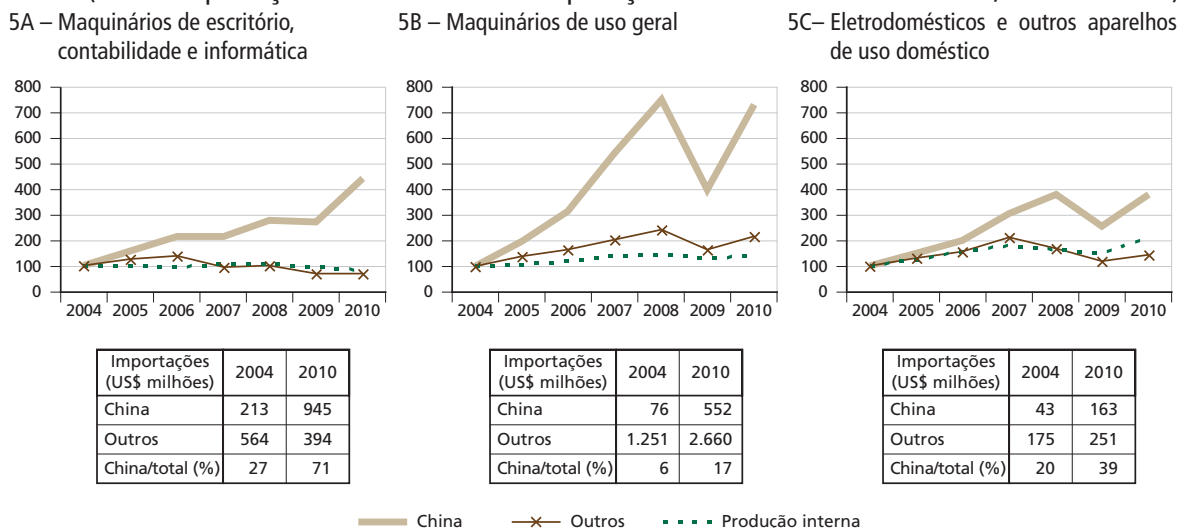
Nesta subseção, analisar-se-á se o crescimento das importações da China durante a última década, que, além de deslocar outras procedências de importação em certos setores de equipamentos, tem afetado os níveis de produção local, aumentando a penetração de importações nesses setores.

Como mostra o gráfico 5, no caso de equipamento de informática, os níveis de produção local têm decrescido na última década, de modo que o deslocamento tem sido absoluto. Com relação a equipamentos de uso geral e aparelhos de uso doméstico, o crescimento das importações da China tem sido várias vezes superior ao crescimento da produção local, aumentando a penetração de importações. É importante notar que, em equipamentos de uso geral, a produção local não pode nem sequer superar o ritmo de importação de outras procedências, enquanto os artigos de uso doméstico lograram uma menor penetração chinesa, bem como crescer mais rapidamente que as importações de outras procedências, especialmente nos últimos cinco anos. Isto destaca novamente a dificuldade que apresenta a Argentina para responder a aumentos da demanda doméstica de setores de maior conteúdo tecnológico, bem como sua forte dependência de insumos e bens de capital de origem importada (Bekerman e Dulcich, 2012).

#### GRÁFICO 5

##### Evolução da penetração de importações – Argentina (2004-2010)

(Índices de produção e índices de valor das importações na China e em outros destinos, base 2004=100)



Fonte: COMTRADE, Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC) e Centro de Estudios para la Producción (CEP).  
Elaboração dos autores.

## 5 CONCLUSÕES

Desde o fim dos anos 1970, o forte processo de reforma na China tem repercutido tanto em sua própria estrutura econômica como no sistema produtivo e financeiro internacional. A desregulamentação não apenas permitiu aumentar a

autonomia das unidades de produção e a inserção externa, mas também consolidou o Estado na implementação de uma estratégia de desenvolvimento por meio de uma combinação de políticas tecnológicas, setoriais, comerciais e de investimento estrangeiro de empresas que operam sob seu controle.

A expansão das relações econômicas entre a China e os países da América Latina está se desenvolvendo em um marco de fortes transformações no cenário internacional, alterando o esquema de comércio bipolar predominante nas décadas anteriores. De fato, a China tem se posicionado como o principal país manufatureiro e exportador do mundo, deslocando tradicionais centros de acumulação de capital e desenvolvimento tecnológico, como os Estados Unidos e a União Europeia, no fornecimento de diversos bens de capital e insumos.

Embora essa realidade possa oferecer oportunidades para os países da região no curto prazo, também representa desafios para o longo prazo que, se não forem devidamente enfrentados, podem levar a processos que aumentam sua vulnerabilidade externa estrutural. Conforme discutido neste artigo, isto se baseia especialmente na primarização das exportações e na estrutura econômica, *deficits* comerciais significativos em produtos de média e alta intensidade tecnológica – associados à dependência da oferta externa em bens de capital e insumos –, e perda de participação em terceiros mercados.

Daí a importância de se analisar o impacto da evolução recente das relações comerciais que se manifesta por meio de mecanismos diretos e indiretos. Entre os primeiros, cabe destacar a reorientação de exportação dos países da região para a China, com uma forte concentração e primarização da pauta de exportações, assim como um importante processo de substituição dos Estados Unidos e da União Europeia como fornecedores de bens de capital e insumos.

O importante papel desses países como fornecedores de alimentos, petróleo e outros bens primários, indispensáveis para sustentar o crescimento da economia chinesa, gerou efeitos dinâmicos para esses países, como a expansão das exportações e uma melhoria acentuada nos preços internacionais de alguns produtos primários. Este último efeito, de caráter indireto, não apenas afetou positivamente os termos de intercâmbio das economias latino-americanas, mas também determinou os sinais de preços relativos, que podem tender a perpetuar suas estruturas econômicas primárias.

Em termos de IED, embora não caiba falar ainda de uma competência fundamental da China como atração de investimentos que poderiam ser dirigidos à América Latina, observa-se um incipiente, mas importante, aumento do IED da China dirigido a certos países latino-americanos, particularmente o Brasil.

No caso da Argentina, podem ser observados efeitos diretos e indiretos semelhantes aos sinalizados para os países da região. A tendência à primarização da pauta exportadora, resultante da evolução favorável dos termos de intercâmbio, também está presente neste caso. No entanto, este efeito parece ser mais limitado, devido à política de direitos de exportação que, além disso, tem permitido ao Estado capturar parte dos rendimentos primários e fortalecer, de forma significativa, a arrecadação de impostos.

Em nível das importações, observa-se na Argentina um forte aumento da participação da China como fornecedora de bens de capital e insumos, deslocando significativamente os Estados Unidos e a União Europeia. Porém, não apenas se observa um deslocamento de terceiros países como fornecedores desses bens, mas também, no caso de alguns setores, o aumento na penetração das importações provenientes da China, que foi muito superior ao da produção local.

No tocante às relações comerciais com o Brasil, cabe observar, também, alguns impactos negativos. Primeiramente, o Brasil sofreu a concorrência chinesa no mercado argentino em alguns setores específicos, como os têxteis e *hardware* informático. No entanto, diferentemente dos Estados Unidos e da União Europeia, o Brasil conseguiu aumentar sua participação nas importações argentinas devido ao comportamento do setor automotivo, que mantém seu caráter de comércio administrado nas regulamentações de ambos os países.

Igualmente, a China se apresenta como um concorrente do mercado brasileiro nas exportações industriais específicas, nas quais a Argentina tinha consolidado certo nível de participação, como nos produtos de ferro e aço, têxteis e manufaturas de plástico. A isto se soma um grande crescimento das exportações chinesas para o Brasil em setores como a petroquímica e os bens de capital (equipamentos elétricos, equipamentos mecânicos etc.); nichos comerciais potenciais que a Argentina não pôde ocupar até o presente, apesar de acordos preferenciais de comércio regionais. Como resultado das tendências mencionadas, observa-se uma perda significativa da participação da Argentina no mercado brasileiro, de forma paralela a um forte avanço do país asiático.

Essa realidade aponta para o fato de que o papel protagonista que tem sido ocupado pela economia chinesa, a partir de sua estratégia de desenvolvimento, pode chegar a afetar de maneira muito profunda os padrões de especialização dos países da América Latina e colocar limites ao papel futuro do Mercosul como plataforma de transformação produtiva e de ampliação das vantagens comparativas dinâmicas, tanto para dentro como para fora da região.

Fica, então, aberto o debate sobre como responder com uma estratégia de caráter ativo frente à nova realidade que as economias da região enfrentam; em particular, os países do Mercosul. Quanto ao modo de implementação, políticas

econômicas coordenadas permitem aproveitar as vantagens derivadas dos maiores preços internacionais para consolidar estruturas econômicas que mostram uma participação crescente de setores com maior valor agregado e conteúdo tecnológico. Isto é o que fará possível atingir elevadas taxas de crescimento no médio prazo, diminuir a volatilidade macroeconômica e elevar os salários reais para melhorar a qualidade de vida da população.

## REFERÊNCIAS

ADB – ASIAN DEVELOPMENT BANK INSTITUTE. **Intra-regional trade in East Asia: the decoupling fallacy, crisis, and policy challenges**. Tokyo: Asian Development Bank Institute, 2009. (Working Paper, n. 177). Disponível em: <<http://goo.gl/r0scQ9>>.

BARBOSA, A. F. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. *In*: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011.

BEKERMAN, M.; DULCICH, F. **Transformaciones recientes en el patrón de especialización de la economía argentina**. Buenos Aires: Cenes/Universidad de Buenos Aires, 2012. (Documento de Trabajo, n. 22). Disponível em: <<http://goo.gl/AvKxeb>>.

BLANCHARD, O.; GIAVAZZI, F. **Rebalancing growth in China: a three-handed approach**. London: CEPR, 2006. (CEPR Discussion Papers, n. 5.403).

CCPIT – CHINA COUNCIL FOR THE PROMOTION OF INTERNATIONAL TRADE. **Survey on current conditions and intention of outbound investment by Chinese enterprises**. Beijing: CCPIT, Apr. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/X1oybJ>>.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA. **Las relaciones económicas y comerciales entre América Latina y Asia-Pacífico: el vínculo con China**. *In*: CUMBRE EMPRESARIAL CHINA-AMÉRICA LATINA, 2. Harbin, Out. 2008.

\_\_\_\_\_. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: Naciones Unidas; Cepal, 2010.

CESARIN, S. **China y Argentina: enfoques y recomendaciones de política para potenciar la relación bilateral**. Buenos Aires: Centro de Estudios Políticos y Sociales; Observatorio de Política Exterior Argentina; Friedrich Ebert Stiftung, 2010. (Serie Aportes). Disponível em: <<http://goo.gl/BX1jCW>>.

- CHOW, G. **China's economic transformation**. [s.l.]: Blackwell Publishing, 2002.
- GUTIERREZ, S.; BESCÓS, I. **La estrategia económica de China en África**. Madrid: ICE, 2007. (Boletín Económico, n. 2.909).
- HOFMAN, B.; WU, J. **Explaining China's development and reforms**. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development; The World Bank on behalf of the Commission on Growth and Development, 2009. (Working Paper, n. 50).
- JENKINS, R.; PETERS, E. D.; MOREIRA, M. M. The impact of China on Latin America and the Caribbean. **World development**, v. 36, n. 2, 2008.
- KAPLINSKY, R.; MESSNER, D. The impact of Asian drivers on the developing world. **World development**, v. 36, n. 2, 2008.
- KENNEDY, S. Indigenous innovations: not as scary as it sounds. **China economic quarterly**, Beijing, v. 14, n. 3, 2010.
- LIN, J. Y. **The China miracle demystified**. In: ECONOMETRIC SOCIETY WORLD CONGRESS. Shanghai, Aug. 2010.
- OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Economic survey of China 2010**. Paris: Economics Department, 2010.
- RODRIK, D. **What's so special about China's exports?** Cambridge: National Bureau of Economic Research, Jan. 2006. (Working Paper Series, n. 11.947).
- ROSALES, O. **China y América Latina: impactos, desafíos y opciones estratégicas**. Buenos Aires: Organización Techint, 2010. (Boletín Informativo Techint, n. 333). Disponível em: <<http://goo.gl/wWNj7M>>.
- THE ECONOMIST. **Multinational companies in China: what future?** Economist Intelligence Unit Limited 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/zw4Z8G>>.
- USDA – UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **USDA Long-term Projections**. Washington: USDA, Feb. 2012.
- WORLD BANK. **China 2030: building a modern, harmonious, and creative high-income society**. Washington: World Bank, 2012.



### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NAUGHTON, B. J. **The Chinese economy**: transitions and growth. Cambridge; London: The MIT Press, 2007.

NIETO, P.; LU, H. **Revisión de 2011 del catálogo para la guía de la inversión extranjera en China**: visión general y tendencias de desarrollo industrial. [s.l.]: IGeo Investment and Consulting, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/wyU4tW>>.

PIMENTEL, F. L.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Orgs.). **A China na nova configuração global**: impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011.

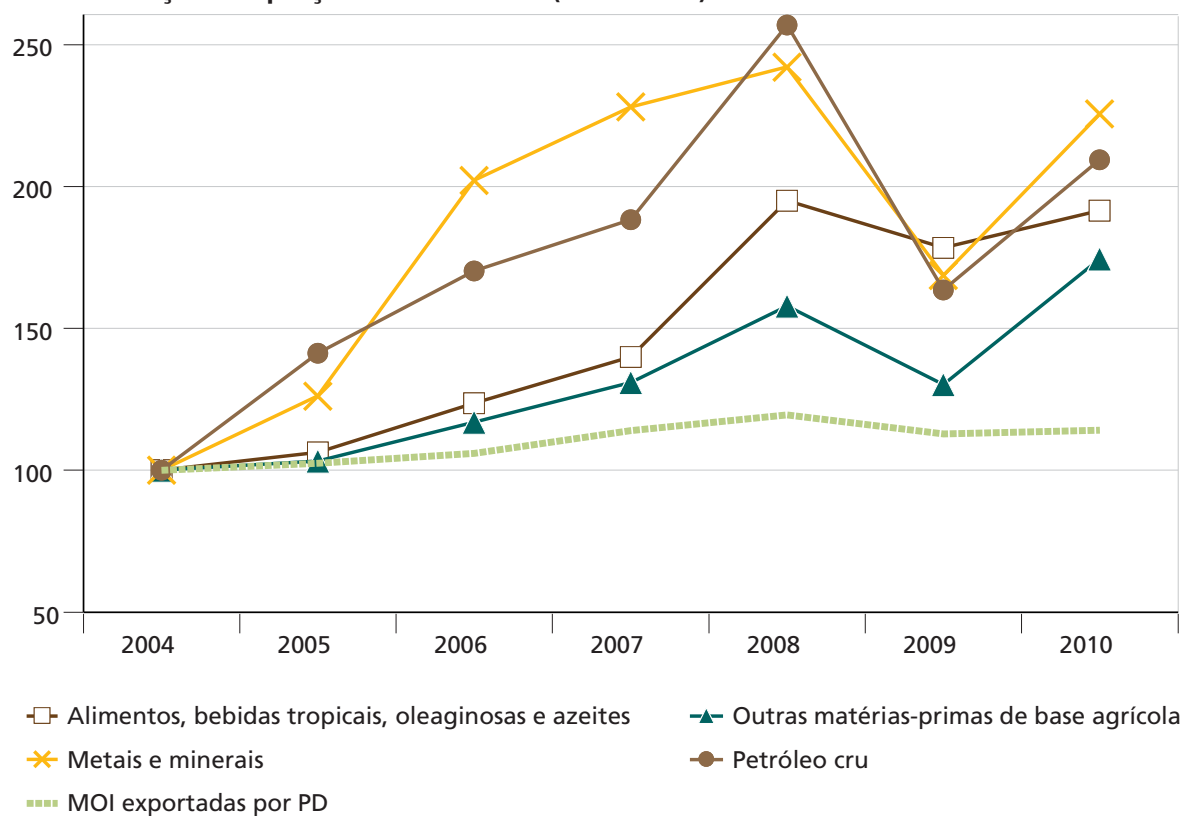
UNITED STATES INTERNATIONAL TRADE COMMISSION. **China**: description of selected government practices and policies affecting decision – making in the economy. (Investigation, n. 332-492). Washington, Dec. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/XUMSCf>>.

YANG, Y. **China's integration into the world economy**: implications for developing countries. Washington: IMF, 2003. (IMF Working Paper, n. 03/245).

## APÊNDICES

### APÊNDICE A APÊNDICE ESTATÍSTICO

GRÁFICO A.1  
Evolução dos preços internacionais (2004-2010)



Fonte: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Disponível em: <<http://comtrade.un.org>>. Elaboração dos autores.



**TABELA A.2**  
**Análise da evolução das importações setoriais por origem: principais sócios comerciais por setor – Argentina (1998-2000 e 2008-2010)**

NCM	Descrição	Participação nas importações															
		Importações (milhões de US\$)						Participação nas importações									
		China		Total mundial		Brasil		China		EUA		UE					
Média 2008-2010	Média 1998-2000	Média 2008-2010	Variação (%)	Média 1998-2000	Média 2008-2010	Média 1998-2000	Média 2008-2010	Variação (%)	Média 1998-2000	Média 2008-2010	Variação (%)	Média 1998-2000	Média 2008-2010	Variação (%)			
85	Máquinas, equipamentos e material elétrico e suas partes	1.639	3.872	6.133	58	13	23	23	10	6	27	21	26	8	25	16	-9
8517	Telefones, incluídos os telefones móveis (celulares) e os de outras redes sem fio	382	470	1.638	249	2	33	31	31	4	23	20	32	5	37	7	-30
8528	Monitores e projetores	168	67	336	405	40	14	14	-27	1	50	49	10	0	3	0	-2
8525	Equipamentos emissores de radiodifusão ou televisão; câmeras de televisão, câmeras fotográficas digitais e videocâmeras	128	750	397	-47	27	23	23	-4	1	32	31	40	3	12	3	-8
8529	Partes identificáveis como destinadas, exclusiva ou principalmente, aos aparatos dos itens 8525 a 8528	121	219	297	36	5	2	2	-3	3	41	38	33	2	30	3	-28
8516	Aquecedores elétricos de água; aparatos elétricos para calefação de espaços ou solos	80	70	127	81	6	9	9	3	36	63	27	3	1	29	15	-15
84	Máquinas, equipamentos e artefatos mecânicos e suas partes	1.592	4.974	7.923	59	16	22	22	6	4	20	16	25	14	33	23	-10
8471	Máquinas automáticas para tratamento ou processamento de dados	546	788	855	8	16	6	6	-11	9	64	55	31	9	8	3	-5
8473	Partes e acessórios identificáveis como destinados, exclusiva ou principalmente, a máquinas ou equipamentos dos itens 8469 a 8472	135	281	202	-28	0	0	0	0	11	67	56	40	5	9	3	-6
8414	Bombas a ar ou a vácuo, compressores de ar ou outros gases e ventiladores	130	260	451	74	18	25	25	7	7	29	22	36	18	25	14	-11

(Continua)

(Continuação)

NCM	Descrição	Importações (milhões de US\$)																
		Total mundial				Brasil			China			EUA		UE				
		Média 2008-2010	Média 1998-2000	Variação (%)	Média 1998-2000	Média 2008-2010	Variação (%)	Média 1998-2000	Média 2008-2010	Variação (%)	Média 1998-2000	Média 2008-2010	Variação (%)	Média 1998-2000	Média 2008-2010	Variação (%)		
	Máquinas e equipamentos para imprimir por meio de placas, cilindros e demais elementos impressores dos itens 8442	97	89	368	313	2	9	7	0	26	26	29	8	8	-21	48	15	-33
8443																		
8415	Máquinas e equipamento para condicionamento de ar	88	114	193	70	19	16	-4	13	46	33	19	4	4	-15	19	12	-7
29	Produtos químicos orgânicos	766	1.434	2.601	81	14	15	1	5	29	24	29	23	23	-6	22	13	-9
87	Veículos automotores, suas partes e acessórios	373	3.575	8.424	136	42	62	20	1	4	3	7	3	3	-4	29	11	-18
8711	Motocicletas, incluindo ciclomotores	238	102	363	257	23	15	-8	16	66	50	1	1	1	0	4	5	1
95	Brinquedos; suas partes e acessórios	184	204	335	64	3	2	0	49	55	6	11	27	27	15	14	10	-4
94	Móveis; anúncios e artigos similares; construções pré-fabricadas	107	243	358	47	28	34	6	9	30	21	12	3	3	-10	32	11	-21
62	Roupas e acessórios de vestir, exceto de malha	89	163	189	16	14	7	-7	24	47	23	2	0	0	-2	17	5	-12
42	Manufaturas de couro; artigos de viagem, bolsas de mão	88	55	103	88	3	1	-2	69	86	17	3	0	0	-3	7	4	-3
60	Tecidos de malha	77	54	123	126	31	18	-13	1	63	62	5	2	2	-2	3	1	-3
61	Roupas e acessórios de vestir, de malha	50	112	130	15	34	12	-23	23	39	16	3	0	0	-3	12	2	-10
	Setores selecionados	4.965	14.685	26.319	79	22	34	12	5	19	14	20	10	10	-11	28	16	-12
<b>Total</b>		<b>6.521</b>	<b>27.389</b>	<b>50.766</b>	<b>85</b>	<b>23</b>	<b>31</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>19</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>25</b>	<b>17</b>	<b>-9</b>	
	Participação (%)	76	54	52														

Fonte: INDEC E COMTRADE.  
Elaboração dos autores.

## APÊNDICE B

### APÊNDICE METODOLÓGICO

#### Índice de vantagens comparativas reveladas<sup>15</sup>

Dado que, para definir o padrão de especialização de uma economia, se deve estudar simultaneamente as exportações e as importações, toma-se como variável de análise o saldo comercial setorial. Porém, os saldos comerciais devem ser normalizados para descontar o efeito daqueles fatores conjunturais que levam a *superavits* ou *deficits* comerciais globais. De fato, os setores com vantagens comparativas podem atravessar conjuntamente *deficits* comerciais devido à evolução das distintas variáveis macroeconômicas, assim como pode ocorrer o caso inverso.

É por isso que, para a análise do padrão de especialização, se trabalhou com o indicador de vantagens comparativas reveladas, para cada setor,  $i$ , de modo que:

$$VCR_i = [(X_i - M_i) - (X - M) * (X_i + M_i) / (X + M)] * 1000 / (X + M)$$

Em que,  $(X_i - M_i)$  é o saldo comercial observado no setor  $i$  e  $(X - M) * (X_i + M_i) / (X + M)$  é um valor teórico que representa o componente setorial de  $i$  no *superavit* ou *deficit* global.

As vantagens comparativas reveladas representam, então, saldos comerciais setoriais normalizados, correspondentes a uma situação hipotética de equilíbrio comercial global. Neste sentido, constituem um indicador das vantagens comparativas da nação.

Como mostra o indicador, a forma em que se produz a “normalização” dos saldos setoriais observados quando se subtrai deste um componente setorial teórico, estimado em função da participação do comércio do setor considerado – exportações mais importações setoriais – no comércio total.

Um índice VCR positivo (negativo) implica que o saldo setorial existente é maior (menor) que o teórico; de modo que o *superavit* comercial setorial existente é maior (menor) que o teórico (ante *superavit* global), ou o *deficit* comercial setorial é menor (maior) que o teórico (ante o *deficit* global). Portanto, a soma de todos os setores do índice é nula. Resumindo, o índice expressa o desempenho comercial setorial em relação ao resultado comercial global e sua incidência neste comércio global.

15. Esse apêndice se baseia na explicação realizada em Bekerman e Dulcich (2012) sobre a taxa desenvolvida por Miotti, Quenan e Winograd (1998).

Esse critério implica alguns supostos simplificadores, tais como os desequilíbrios conjunturais originados em variáveis macroeconômicas, e afetam indistintamente a todos os setores – ou, mais precisamente, em função de sua mera participação no comércio total. A evolução do nível de atividade pode incidir sobre a evolução do indicador de VCR, a partir de seu impacto diferente sobre o comportamento de importações e exportações. Um nível mais alto de atividade gerará uma maior pressão sobre as importações, especialmente naqueles setores que mostram maior elasticidade destas em relação ao produto. Em contraposição, uma situação recessiva irá produzir o efeito contrário. As exportações podem ser afetadas principalmente pelas variações no produto dos países parceiros comerciais.

### REFERÊNCIAS

BEKERMAN, M.; DULCICH, F. **Transformaciones recientes en el patrón de especialización de la economía argentina**. Buenos Aires: Cenes/Universidad de Buenos Aires, 2012. (Documento de Trabajo, n. 22). Disponível em: <<http://goo.gl/AvKxeb>>.

MIOTTI, L.; QUENAN, C.; WINOGRAD, C. **Specialisation internationale et intégration régionale: l'Argentine et le Mercosur**. Paris: Delta, 1998. Mimeografado.